

PFL descarta idéia de propor renúncia

Dirigentes nacionais dizem que 'ninguém vai sugerir isso' ao líder baiano

CHRISTIANE SAMARCO

BRASÍLIA – Seja qual for a tendência do Conselho de Ética do Senado, quanto à punição cabível aos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (DF) por conta da violação do painel eletrônico de votação, os dirigentes nacionais do PFL não vão sugerir ao líder baiano que renuncie para salvar seu mandato. “Ninguém vai propor isto a ACM”, resume o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).

Ao contrário dos líderes de oposição, que avaliaram que os dois senadores se saíram muito mal da acareação, no Conselho de Ética do Senado, os dirigentes pefelistas sustentam que a situação não mudou. “Não vi nada de novo em relação ao que já havia sido dito e apurado”, analisa Siquei-

ra. Na mesma linha, o secretário-executivo do partido, Saulo Queiroz, sustenta que a acareação não acrescentou dado novo às contradições que eram evidentes desde o início das investigações. E mais: no entender de Saulo, a expectativa não poderia ser outra, já que todos sustentariam ali as versões que apresentaram em seus depoimentos.

Mas ainda que os dirigentes pefelistas partilhassem da avaliação pessimista dos líderes de esquerda, que recomendam a cassação, não ousariam sugerir a renúncia para salvar um futuro

mandato de ACM nas eleições de 2002. “A renúncia seria uma saída insuportável, um equívoco imenso que não consigo sequer imaginar”, diz Saulo Queiroz. Ele sustenta a tese de que, por maior que seja o risco da cassação, ACM ficaria em posição “muito mais digna”, enfrentando o processo no ple-

nário. Na avaliação de Saulo, o senador tem uma história política brilhante de realizações. Por isso, ele acredita que, se tudo o que ele realizou ao longo de 50 anos de carreira política não for considerado no julgamento, certamente irá redimi-lo no caso de uma cassação.

Não há no PFL, entretanto, quem tenha dúvidas de que houve um delito (a quebra do sigilo da votação) e de que toda a história é “repleta de mentiras”. O que está em discussão agora, na avaliação dos cardeais do partido, é se a pena de cassação é adequada, ou se o caso reco-

menda só uma suspensão temporária de mandato. O presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), que passou o dia ontem em Uberaba (MG), acompanhando o presidente Fernando Henrique Cardoso, já antecipou que não votará pela cassação de seu correligionário.